

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 17 de outubro de 2023



Nesta edição:

- **CICS realiza 1º Seminário Nacional de Política Industrial**
- **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) é debatida na CI do Senado (PL 2788/2019)**

## **CICS realiza 1º Seminário Nacional de Política Industrial**

**A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) da Câmara dos Deputados realizou o 1º Seminário Nacional de Política Industrial.**

O seminário abordou a questão da política industrial e contou com a participação de diversos atores como o **Geraldo Alckmin** - Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; **Rafael Lucchesi** - Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI); **Nelson Barbosa** - Diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES; **Rodrigo Rollemberg** - Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); **Márcio França** - Ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; **Roberto de Medeiros Junior** - Gerente Executivo de Inovação e Tecnologia do SENAI Nacional; **José Luis Gordon**, Diretor de Desenvolvimento Produtivo, Comércio Exterior e Inovação do BNDES; **Cecília Vergara**, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); **Tiago Chagas Faienstein**, Gerente da Unidade de Novos Negócios da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); **Verena Hitner Barros** - Secretária Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI); **André Passos Cordeiro**, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); e **Ana Paula Hauffe Torquato** - Gerente de Relações Institucionais da empresa **WEG**; **José Henrique Videira Menezes**, representante da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), Finep; TecnoPARQ/UFV e Embrapii, dentre outros convidados.

Na abertura, **Geraldo Alckmin**, destacou que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) está promovendo a neointustrialização do Brasil, focada em inovação e

sustentabilidade. Avanços foram feitos na desburocratização da licença flex e a Câmara aprovou uma lei para incentivar a pesquisa e a inovação. O BNDES e a Finep disponibilizaram, juntos, um total de 40 bilhões para financiamento dessas áreas.

No setor automotivo, o presidente Lula lançou um programa de 1 bilhão em crédito tributário e o programa Mobilidade Verde (MOVER), com 3 bilhões anuais para incentivar a mobilidade e eficiência energética. O programa Brasil Mais Produtivo visa digitalizar pequenas e médias empresas com o apoio do SENAI, SEBRAE e crédito do BNDES.

Por fim, disse que a reforma tributária, visando reduzir impostos e desonerar investimentos e importações, juntamente com acordos internacionais, são passos importantes para apoiar essas iniciativas. Em resumo, essas ações visam modernizar e tornar a indústria brasileira mais competitiva e sustentável.

**Rafael Lucchesi**, disse que, nos últimos 40 anos, o Brasil conseguiu modernizar seu agronegócio, mesmo diante de uma agenda de retrocesso e desindustrialização. Atualmente, a indústria brasileira enfrenta uma carga fiscal duas vezes maior que a de países concorrentes, um problema que a reforma tributária espera mitigar.

O Brasil possui um grande potencial para a neindustrialização. No entanto, as discussões atuais no Congresso Nacional não refletem uma agenda moderna que acompanhe as tendências globais. É fundamental que o país esteja alinhado com uma agenda mais ampla e progressista.

Não podemos pensar apenas na produção de energia verde sem um profundo domínio dos pacotes tecnológicos. Precisamos pensar em uma agenda que promova uma indústria verde a partir do Brasil, criando uma nova onda de industrialização, que será chave para o próximo período.

A Amazônia e a agenda de biodiversidade devem ser vistas como posições estratégicas do Brasil, exigindo políticas industriais modernas. Sem o apoio estratégico do parlamento brasileiro, a renovação necessária para o país não será possível. Portanto, é crucial que o parlamento esteja alinhado com essa visão de futuro para o Brasil.

**Nelson Barbosa**, disse que a política industrial, sempre inovadora, recebeu um impulso com a aprovação de um empréstimo do BNDES de 5 bilhões de reais para projetos de inovação e transição energética. O Brasil enfrenta o desafio da "destruição criadora", uma transformação ecológica que inclui a revitalização do Fundo Clima para financiar projetos sustentáveis. Além disso, o rápido avanço tecnológico impulsionado pela inteligência artificial levou o BNDS a criar linhas de financiamento para inovação, visando a modernização e sustentabilidade da indústria brasileira.

**Cecília Vergara**, omentou que os três pilares fundamentais da neointustrialização são: tecnologia, inovação e compromisso ambiental. Disse que não é mais possível discutir o desenvolvimento econômico e social do país sem considerar a sustentabilidade do planeta. Afirmou que estão comprometidos com o desenvolvimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Outrossim, a inovação e a adoção de novas tecnologias, incluindo a indústria 4.0, são essenciais para o desenvolvimento social e econômico, esses elementos são cruciais para a geração de empregos e renda, bem como para a redução da desigualdade social. Portanto, a neointustrialização, com seu foco em tecnologia, inovação e sustentabilidade, é uma estratégia chave para o desenvolvimento futuro do país.

Já nos painéis, o **primeiro painel** teve como tema a política industrial e a atuação dos bancos de desenvolvimento no contexto internacional, com destaque para as seguintes falas:

**Rodrigo Rollemberg**, afirmou que o Brasil, com seu potencial único para acelerar a descarbonização global, precisa criar uma agenda que atraia investimentos externos. Ao invés de apenas exportar commodities, como o hidrogênio verde, devemos usá-los para descarbonizar nossas indústrias. A neointustrialização é o caminho a seguir. Se o Congresso aprovar a agenda verde, incluindo a regulamentação do mercado de carbono, eólicas off-shore, o projeto Combustível do Futuro e hidrogênio, e reduzir o desmatamento da Amazônia, o Brasil se tornará um destino principal para investimentos internacionais.

**André Roncaglia**, disse que não adianta passar apenas da primeira fase da Reforma Tributária, pois é fundamental do sucesso de um plano de desenvolvimento é fazer os ricos contribuírem com a parte justa deles na tributação e parte tributária.

O **segundo painel** teve como temática a neointustrialização e o papel do BNDES, com destaque para as falas de Verena Hitner Barros, José Luis Gordon, Rafael Ramalho Dubeux e Márcio Stefanni.

**Verena Hitner Barros**, comentou que a política de desenvolvimento industrial é formada através do diálogo com vários atores, incluindo o parlamento e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Essa política, baseada em missões, é moderna e inclusiva, permitindo a colaboração de todos. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) tem um papel importante nesse processo, coordenando os esforços de fomento. Essas ações coletivas são cruciais para uma política de desenvolvimento industrial eficaz.

**José Luis Gordon**, disse que o banco está ativamente envolvido nas políticas estratégicas do Brasil, focando na transição ecológica, reindustrialização sob o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e política industrial. Trabalha em parceria com o Ministério da Fazenda para promover a agenda verde, oferece crédito para microempresas e promove a conectividade através do programa Brasil Mais Produtivo. Além disso, apoia a exportação para expandir o mercado das empresas brasileiras.

**Rafael Ramalho Dubeux**, afirmou que a reforma tributária é crucial para viabilizar a neointustrialização do Brasil. Além de simplificar o sistema e reduzir a burocracia, a reforma evitará a exportação de impostos e o desequilíbrio regional, criando um fundo para impulsionar a nova economia.

O plano de transformação ecológica é vital para o país. O Brasil precisa descarbonizar a economia e aproveitar a oportunidade para promover um adensamento tecnológico do setor produtivo.

A agenda para a transformação ecológica é baseada em seis eixos: finanças sustentáveis, adensamento tecnológico do setor produtivo, bioeconomia, transição energética, economia circular e adaptação à mudança do clima. Esses eixos orientarão o Brasil em sua jornada para uma economia mais sustentável e tecnologicamente avançada.

**Márcio Stefanni**, comentou que o BNDES desempenha um papel importante no financiamento de empresas no Brasil. A Finep, que surgiu a partir do BNDES, também tem um papel crucial nesse aspecto. Originalmente, 11% do financiamento era destinado às microempresas. No entanto, nos últimos nove meses, esse número cresceu significativamente. Graças ao financiamento adequado e às taxas apropriadas, atualmente 20% do financiamento é destinado a microempresas, em parceria com o Sebrae. Essa mudança reflete o compromisso contínuo do BNDES e da Finep em apoiar pequenas empresas no Brasil.

O **terceiro painel**, tratou sobre as possíveis ações para fomentar a inovação no setor industrial brasileiro. O painel contou com representantes da **Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)**, **Serviço Nacional de Educação Industrial (SENAI)**, **TecnoPARQ/UFV** e da **Global Federation of Competitiveness Councils**. Das falas, destacam-se:

**Márcio França**, falou sobre a existência de diversas microempresas e empresas de pequeno porte que se distanciam do cenário das grandes empresas, tendo em vista que tais empresas menos representativas não acompanham o ritmo de inovação e tecnologia das grandes empresas. Mencionou a necessidade de criação de mecanismos para que o Poder Público tenha limite de tempo para o pagamento de crédito para as empresas pequenas. Outra melhoria seria a redução de burocracia para a criação das empresas e da dissolução das empresas. Somado ao exposto, falou que o BNDES deve facilitar o acesso ao crédito para as empresas pequenas, bem como o maior investimento em pesquisa e desenvolvimento também contribuiriam para facilitar a vida burocrática e jurídica dos brasileiros. Por fim, demonstrou contentamento como a forma que a temática está sendo cuidada pelo Brasil e pelos legisladores, em apoio aos feitos ministeriais.

**Tiago Chagas Faierstein**, discorreu sobre a situação da indústria brasileira, que sofre para combater o custo Brasil, especificamente na parte tributária, devendo haver maior inovação digital e tecnologias, tendo em vista que diminuem os custos operacionais/logísticos. Com

isso, destacou a importância do risco no meio dos investimentos, seja no estatal ou no privado. Destacou a participação da ABDI, com a criação e uso de sandboxes que facilitam e incentivam o desenvolvimento tecnológico. Por fim, criticou o pouco reconhecimento das empresas brasileiras e a baixa proatividade do Brasil nos avanços tecnológicos, tendo em vista que o país aguarda a implantação de determinada tecnologia ou softwares para legislar sobre, de forma atrasada.

**Roberto de Medeiros Junior**, tratou de 3 aspectos basilares para a indústria: inovação, internacionalização e a qualificação. Nessa linha, destacou a necessidade de o SENAI possuir maior diálogo com as universidades e instituições federais, a fim de fomentar a qualificação e inovação industrial. Além disso, falou que não é algo simples, mas que é possível e deve ser incentivado tais parcerias com diferentes setores.

O **quarto e último painel** tratou das diversas experiências setoriais e as principais oportunidades e desafios das indústrias. O painel contou com representantes da **Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim)**, **Eve Urban Air Mobility**, **Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)** e da **WEG**.

**André Passos Cordeiro**, falou sobre a falta de estímulo para o desenvolvimento de produtos químicos com base no GNV, que é considerado o gás da transição, por emitir apenas 1/3 dos gases emitidos pelo petróleo. Enfatizou a participação de empresas brasileiras, que já conseguem extrair e usar o GNV, ainda que com aplicabilidade reduzida pela falta de incentivos. Outra conquista da indústria química brasileira, é ser a química mais sustentável no mundo em processo industrial. Nessa linha, falou do mercado global e da facilitação da oferta de óleo e gás para a Ásia, tendo em vista a guerra da Rússia com a Ucrânia, ou seja, deve existir a coexistência de política industrial e a política de comércio exterior.

**André Stein**, Chief Strategy Officer da **Eve Urban Air Mobility**, relatou sobre a área de atuação de Eve, que busca melhorar a mobilidade urbana, com o desenvolvimento de veículos aéreos. Destacou o desenvolvimento industrial no Brasil atrelado à educação, tendo em vista a fundação do Centro Tecnológico aeroespacial, o Instituto Tecnológico Aeroespacial (ITA) e, com isso, o desenvolvimento industrial.

**José Henrique Videira Menezes**, citou as principais contribuições da Embrapii para o processo de descarbonização no Brasil, com o investimento de 720 milhões de reais no setor. Também citou a presença do aporte do BNDES para trabalhar em 7 setores que envolvem o desenvolvimento sustentável, bem como a parceria entre Embrapii e SEBRAE para a agenda de economia verde.

**Ana Paula Hauffe Torquato**, inicialmente, enfatizou a neointustrialização e o processo de descarbonização industrial, seguindo os padrões internacionais e tendo em vista três desenvolvimentos: econômico, social e ambiental. Nesse sentido, Hauffe acredita que o Brasil

deve tentar, na medida do possível, se adequar aos padrões internacionais. No que tange à eficiência energética, a oradora acredita que é a primeira linha de combate, uma vez que proporciona ganho nas duas pontas, na medida em que a indústria, ao colocar um produto com maior eficiência energética, também traz um produto que utilizar menor uso de recursos naturais.

Além disso, demonstrou que o Brasil pode melhorar acerca das políticas envolvendo o motor elétrico, para melhorar a eficiência energética brasileira. Outro ponto: energias renováveis. Ressaltou o aumento da matriz energética eólica e solar no Brasil, em função da adoção de políticas públicas que incentivaram a implementação de tais tecnologias. Considera fundamental a mineração do lítio e outros minerais que compõe as baterias em nível global, devendo explorar tal mercado. Por fim, sobre a eletrificação dos transportes, disse ser uma outra tendência global a ser seguida pelo Brasil, já que houve aumento de 55% de vendas.

### ***Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) é debatida na CI do Senado (PL 2788/2019)***

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal realizou audiência pública para instruir o PL 2788/2019, que institui a **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)**, e compõe a Agenda Legislativa da Indústria de 2023.

O **Senador Eduardo Gomes (PL/TO)**, relator da matéria, destacou a importância de promover o diálogo e evitar morosidade na regulamentação para não afetar os empreendimentos, especialmente aqueles com adequação ambiental correta e moderna.

Ademais, mencionou que estará em contato com o Senador Beto Faro (PT/PA) com o objetivo de agilizar o processo, ressaltando que não há oposição ao projeto, pois todos os Estados precisam determinar como as barragens serão tratadas e qual setor será responsável pela regulamentação. Por sua vez, o **Senador Beto Faro (PT/PA)** expressou disposição para agilizar a aprovação em colaboração com a Casa e o Governo, abordando todas as questões que necessitam de diálogo.

**Rinaldo César Mancin, Diretor de Relações Institucionais do IBRAM**, enfatizou que as mudanças introduzidas na Política Nacional de Segurança de Barragens, advindas da Lei 14.066/2020, aperfeiçoaram a gestão de barragens no país, como a desativação de barragens abandonadas, a automação dos sistemas de monitoramento e a obrigação de engenheiros registrarem a estabilidade das barragens.

Além disso, ressaltou que o IBRAM entende o substitutivo da Comissão de Meio Ambiente (CMA) como a melhor forma de conduzir a discussão no Congresso Nacional, pois proporciona segurança jurídica e incorpora os aprendizados de discussões relacionadas a eventos como Brumadinho. Por fim, destacou a necessidade de realizar ajustes para que os efeitos do projeto só se apliquem após sua publicação e não tenham efeito retroativo.

**Marcelo Moraes, Presidente do Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico (FMASE)**, apontou a necessidade de distinguir entre os afetados durante o processo de licenciamento e aqueles que são impactados após emergências, mencionando que o Decreto nº 7342/2010 já lida bem com essa distinção, especificando quem são os afetados em diferentes tipos de empreendimentos.

Pontuou que é preciso atentar à sobreposição entre o comitê local e os órgãos ambientais competentes e destacou a importância de considerar o papel dos órgãos ambientais em situações de emergência, uma vez que estão mais bem preparadas para lidar com essas questões.

Informou que o projeto de lei também estabelece a condição de dano moral para compensações e reparações prévias, o que considera ilegal, já que o direito à indenização presume a ocorrência de ato ilícito, que não se verifica durante a implantação de um empreendimento concedido e autorizado pelo Poder Público.

Por último, expôs o compromisso do setor em dialogar com os movimentos sociais e o Senado Federal. A entidade é favorável à aprovação do texto, desde que as melhorias sejam consideradas e estudadas.

**Luiza Borges Dulci, Assessora da Secretaria-Geral da Presidência da República**, informou que desde janeiro há o debate, em colaboração com demais Ministérios, para aprovação de uma legislação que regulamente os direitos das populações afetadas por barragens. O governo apoia o projeto da forma como foi aprovado na Câmara e busca uma aprovação ágil.

A audiência também contou com a participação de Elisa Stronioli e Joceli Andrioli, do **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**; Padre Dario, Assessor da Comissão Especial da **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)** para a Ecologia Integral e Mineração; e Carlos Bernardo Vainer, Professor emérito da **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**.



**Veja mais**

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:  
[www.legisdata.cni.com.br](http://www.legisdata.cni.com.br)

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | [www.cni.com.br](http://www.cni.com.br) | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA